



PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 38260 DE 16 DE setembro DE 2005

**INSTITUI O COMITÊ DA REGIÃO
HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E
DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ, NO ÂMBITO DO SISTEMA
ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE
RECURSOS HÍDRICOS.**

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o constante no Processo nº E- 07/101.338/2003, e

Considerando:

- que a Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº3.239/99, tem como princípio a bacia hidrográfica como unidade básica de gerenciamento dos recursos hídricos, fundamentada na descentralização, com a participação do Poder Público, dos usuários, da comunidade e da sociedade civil;

- que o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, também instituído pela Lei nº 3.239/99, deve ser integrado, dentre outros, pelos comitês de bacias hidrográficas, conforme disposto no art. 43 desta lei;

- que há necessidade de se instituir um organismo de bacia, com a participação do Poder Público, dos usuários da água e da sociedade civil organizada, visando o uso sustentado dos recursos naturais, a recuperação ambiental e a conservação dos corpos hídricos quanto aos aspectos de quantidade e qualidade das águas;

- que a Lei nº3239/99, em seu artigo 3º, parágrafo IV, define como um dos objetivos da gestão de recursos hídricos "*promover a articulação entre União, estados vizinhos, municípios, usuários e sociedade civil, visando à integração de esforços para soluções regionais de proteção, conservação e recuperação dos corpos de água*";

- que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI – aprovou, em 13 de novembro de 2003, a criação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste da Baía de Guanabara;

- o resultado das discussões havidas na 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 28 de julho de 2005;



PODER EXECUTIVO

- que a Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei nº3.239/99, institui como unidade básica de gerenciamento a bacia hidrográfica ou região hidrográfica, e que a mesma Lei, em seu art. 4º, parágrafo XIV, estabelece como uma de suas diretrizes "a consideração, como continuidade da unidade territorial de gestão, do respectivo sistema estuarino e a zona costeira próxima, bem como, a faixa de areia entre as lagoas e o mar."

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

§ 1º - A área de atuação do Comitê compreenderá a totalidade das bacias hidrográficas contíguas drenantes para a Baía da Guanabara, para os sistemas lagunares de Jacarepaguá e de Maricá e para as áreas costeiras adjacentes situadas, em sua totalidade ou em parte, nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu, Belfort Roxo, Magé, Petrópolis, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, São Gonçalo, Niterói e Maricá, limitando-se ao oeste com a bacia hidrográfica drenante para a Baía de Sepetiba e ao leste com a bacia hidrográfica da região dos Lagos referida no Decreto nº 36.722, de 08/12/2004.

§ 2º - O Comitê será constituído pelas seguintes instâncias:

- a) Presidência
- b) Plenária
- c) Câmaras técnicas
- d) Secretaria Executiva

§ 3º - Em sua fase inicial, a área de atuação do Comitê será o conjunto das bacias hidrográficas do Rio Roncador, dos Rios Guapi/Macacu, do Rio Caceribu, dos Rios Guaxindiba/Alcantara, dos Rios Mutondo e Imboçu e as áreas drenantes para a Baía de Guanabara a nordeste, leste e sudeste, desde a Bacia do Rio Suruí, exclusive até o sistema lagunar de Itaipu, inclusive.

§ 4º - O Comitê, em conjunto com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI e a Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA, deverá promover as articulações e ações necessárias para incorporação das demais bacias hidrográficas contíguas drenantes para a Baía da Guanabara, para os sistemas lagunares de Jacarepaguá e de Maricá e para as áreas costeiras adjacentes de que trata o § 1º, no prazo de 18 (dezoito) meses.



PODER EXECUTIVO

§ 5º - O Comitê será constituído e gerido conforme disposições de seu Regimento Interno, obedecidas as diretrizes deste Decreto.

§ 6º - Cabe ao Comitê decidir sobre a localização de sua sede, que deverá ser em município de sua área de atuação.

Art. 2º - A instalação do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá será realizada por Grupo de Trabalho instituído e coordenado pelo CERHI dentro de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de publicação do presente Decreto.

Parágrafo Único – Representantes das demais bacias e sub-bacias hidrográficas que integram a área de atuação do Comitê deverão participar do Grupo de Trabalho de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 3º - A SERLA deverá dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Comitê instituído por este Decreto, enquanto não for comprovada a viabilidade financeira para qualificação da Agência de Água e conseqüente autorização de funcionamento prevista no art. 58, inciso II, da Lei 3239, de 02/08/1999.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2005.


ROSINHA GAROTINHO

40